

CNPL e aos participantes do ciclo de debates das discussões e encaminhamentos deliberados ao final do evento.

As próximas edições acontecerão nos seguintes locais com as inscrições já disponíveis no site da CNPL:

Região Nordeste: Fortaleza/CE

Região Sul: Porto Alegre/RS

Região Norte: Belém/PA

Região Centro-Oeste: Brasília/DF

2. Os temas do Ciclo de Debates em São Paulo

A Confederação Nacional das Profissões Liberais – CNPL realizou nos dias 20 e 21 de janeiro, em São Paulo, seu 1º CICLO DE DEBATES - UMA ESTRATÉGIA DE MOBILIZAÇÃO NAS QUESTÕES DE INTERESSE DOS PROFISSIONAIS LIBERAIS BRASILEIROS. O objetivo do evento foi identificar os cenários atuais e as perspectivas para os Profissionais Liberais Brasileiros através do debate de alguns assuntos de interesse imediato de nossas categorias.

A cada edição teremos os temas principais do Financiamento Sindical e da relação com os Conselhos Profissionais sempre presentes, além de termos um novo tema a cada edição. Em São Paulo, tratamos da construção de políticas públicas conjuntamente com as centrais sindicais e em Fortaleza trataremos da Reforma Tributária e ampliação das Leis do MEI e do SIMPLES para todos os profissionais liberais. Em São Paulo tratamos dos seguintes temas:

FINANCIAMENTO SINDICAL - Propor um Projeto de Lei que regulamente o valor da contribuição sindical dos profissionais liberais - empregados e autônomos.

VALOR DAS ANUIDADES DOS CONSELHOS PROFISSIONAIS - Traçar estratégias de articulação sobre o Projeto de Lei que trata dos valores das anuidades, taxas e emolumentos cobrados pelos Conselhos de Fiscalização do Exercício Profissional.

CENTRAIS SINDICAIS - A articulação da CNPL com as Centrais Sindicais no trato das políticas públicas e sindicais de interesse dos profissionais liberais.

3. Os Debates NA ABERTURA DA PRIMEIRA EDIÇÃO

Somar esforços para defender os interesses dos profissionais liberais foi a principal idéia sustentada durante a abertura da edição da região sudeste do Ciclo de debates 2010, que aconteceu no dia 20 de janeiro, no Braston Hotel, em São Paulo. Promovido pela Confederação Nacional das Profissões Liberais (CNPL), o evento contou com a participação de aproximadamente 150 representantes das entidades filiadas e prosseguiu até o dia 21 de janeiro, com o objetivo de mobilizar o setor a

debater assuntos que dizem respeito aos seus direitos e à prática profissional.

Ao mesmo tempo, a presença do deputado federal Eudes Xavier (PT-CE), relator do projeto 3.507 /08 teve o objetivo de discutir e colher subsídios junto à área sindical nesse projeto, que trata das anuidades e taxas dos Conselhos de Fiscalização Profissional.

A discussão sobre a necessidade de um projeto de lei para fixação do valor da contribuição sindical dos profissionais liberais, que teve como painalista o Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Luiz Antonio de Medeiros Neto.



Primeiro a discursar no evento, o presidente da CNPL, Francisco Antônio Feijó, deu seu recado aos participantes: ***"Temos que trabalhar em parceria. Eventuais divergências são menores do que os resultados que podemos alcançar juntos"***, disparou Feijó, diante de um público plural, formado por diversas categorias - como dentistas, sociólogos, veterinários, advogados e arquitetos. Na mesa, ao lado dele, o próximo a falar foi José Augusto Viana Neto, coordenador do Fórum dos Conselhos Federais das Profissões Regulamentadas - o Conselhão.

Na avaliação de Viana, a representatividade do Ciclo de debates, formado por sindicatos e federações de todo o país, demonstra a força conquistada pela CNPL. ***"Temos aqui um PIB (Produto Interno Bruto) de lideranças. Precisamos de espaços como esse, que busquem benefícios aos filiados e não para as direções das entidades"***, defendeu. Na mesma linha, o presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT), Ricardo Patah, acredita que a CNPL está mostrando sua

liderança: **"Ver os profissionais liberais discutindo temas como o financiamento sindical é um sinal de amadurecimento"**. Também presente na abertura do evento, o presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Artur Henrique, acredita que **"é preciso cada vez mais construir unidade para avançar nas conquistas da classe trabalhadora - com ou sem vínculo empregatício"**. A pluralidade do evento foi destacada, ainda, pelo deputado federal Eudes Xavier (PT/CE). **"Esta mesa aqui nos dá a certeza de que o Brasil mudou. Estamos aqui com duas centrais sindicais, o Conselho e a CNPL num amplo diálogo sobre assuntos comuns"**.

A rodada de abertura foi encerrada por Luiz Antônio de Medeiros, Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego. **"Este Ciclo de Debates está fazendo história. As propostas que vocês construirão nestes dois dias podem ser exemplares e servir para todo o movimento sindical e isso é muito importante. A atuação dos sindicatos, que lutaram por bons acordos coletivos, foi fundamental para o Brasil sair da crise. Os sindicatos precisam ser cada vez mais fortes e representativos"**.

4. O PRIMEIRO PAINEL:

As atividades do Ciclo de Debates prosseguiram com um painel sobre o Projeto de Lei 3.507. O deputado Eudes Xavier, relator do PL na Comissão de Trabalho e Seguridade Social da Câmara dos Deputados, expôs aos participantes um panorama sobre a tramitação da proposta na Casa. Já o secretário geral da CNPL, José Alberto Rossi, apresentou as demandas da entidade sobre o tema. As exposições foram sucedidas por manifestações dos participantes.

Relatório do Painel 1: "Projeto de Lei 3507/2008 - Anuidades dos Conselhos Profissionais"

Relator: Danilo Gonçalves Moreira Caser

4.1. Propostas feitas pela CNPL:

1. Fixar a anuidade dos PIs pessoa física em até R\$ 400,00.
2. Instituir a anuidade dos PIs de nível médio, limitada a 50% da contribuição do profissional de nível superior.
3. Estabelecer claramente a forma de parcelamento da anuidade e o desconto para pagamento a vista ou antecipado, e detalhar como se fará a isenção ou redução da contribuição anual, das taxas ou dos emolumentos aos profissionais (idosos) aposentados ou que estejam comprovadamente desempregados.
4. Fixa a anotação da RT em no máximo R\$ 150,00.
5. Gerar regras que levem os conselhos a:

5.1. Realizar assembléias gerais e/ou audiências públicas para deliberar sobre o valor das anuidades, taxas e plano anual de trabalho.

5.2. Subordinar administrativamente os Conselhos ao MTE.

5.3. Tornar obrigatória a prestação de contas ao TCU, dos recursos arrecadados e aplicados pelos Conselhos.

5.4. Isentar a pessoa física da taxa de inscrição.

4.2. Propostas da plenária:

DO VALOR: O proposto de R\$ 400,00 na avaliação foi considerado alto. Pelo fato de que a esses R\$ 400,00 reais se somam os valores das demais taxas cobradas. No entanto não houveram propostas de valor menor que esse. Mantido o valor. Destaque - fazer levantamento e manter o valor atual cobrado pelos conselhos.

DOS PROFISSIONAIS DE NÍVEL TÉCNICO: Acrescentar no parágrafo 5º do artigo 5º do PL 6463/2009 que, para os conselhos cujos inscritos sejam de nível técnico (corretores de imóveis) o valor da contribuição sindical seja até 50% do valor pago pelos profissionais de nível superior. Que para os profissionais de curso superior de curta duração (tecnólogos e ...) o valor seja de 75% da anuidade.

DA REALIZAÇÃO DE ASSEMBLÉIAS OU AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEFINIÇÃO DO VALOR DAS ANUIDADES: As assembléias ou audiências públicas serão realizadas pelos Conselhos Regionais dos respectivos estados. A assembléia deve ser convocada em jornal de grande circulação, com ampla divulgação para toda a categoria e para o fim específico de definir o valor das anuidades e outras taxas.

A realização de assembléia ou audiência pública se justifica por vários motivos apontados pela plenária:

1 - Diferenças regionais de remuneração em um país continental.

2 - Critérios de razoabilidade:

2.1 - Assim como a definição do valor das contribuições pagas aos sindicatos é realizada por assembléias que levam em consideração a atuação da entidade no cumprimento de suas funções, também é razoável que os conselhos profissionais consultem a categoria, através de assembléias, para definir os valores das anuidades.

2.2 - Foi observado ainda que a lei das anuidades deve contemplar a questão da reciprocidade das ações dos conselhos com os sindicatos (para este item não houve uma proposta objetiva).

2.3 - Negociar com o deputado relator que se dê o mesmo tratamento (isonomia) aos conselhos que é dada aos sindicatos, ou seja, negociar anuidades e demais taxas

sempre em assembléia conforme fazem os sindicatos obrigatoriamente.

Que a isenção de contribuição se dê àquele que tenha contribuído para os conselhos com pelo menos 35 anos ou quando completar 70 anos de idade. Contemplar que em caso de aposentadoria, aposentadoria por invalidez ou afastamento por acidente de trabalho o PL fica isento de pagar o conselho.

4.3. Sugestões do SNRT Medeiros:

Que se coloque na lei de anuidades que os conselhos forneçam aos sindicatos, federações e confederação o cadastro completo de profissionais registrados. Sob pena de multa.

Que a lei contemple a reciprocidade das ações do conselho em relação aos sindicatos nas questões relativas à contribuição sindical.

Que se definam as funções dos conselhos para que eles não exerçam atribuições que sejam dos sindicatos.



5. O SEGUNDO PAINEL:

O financiamento sindical é um assunto controverso no âmbito das profissões liberais. A elaboração de um marco legal que estabeleça regras claras sobre os valores das contribuições foi justamente o tema do painel que inaugurou o segundo dia do Ciclo de debates da Confederação Nacional das Profissões Liberais. **"A intenção é ouvir as**

demandas e propostas das entidades". Explicou o presidente da CNPL, Francisco Antônio Feijó.

A atividade iniciou com uma exposição do vice-presidente da CNPL, Wilson Wanderlei Viera, que apontou as principais conquistas e dilemas na área. Em seguida, Luiz Antônio de Medeiros, Secretário Nacional de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, falou sobre a importância dos sindicatos para o fortalecimento da democracia. **"Queremos os sindicatos cada vez mais atuantes como interlocutores dos seus filiados. E, para isso, os sindicatos precisam zelar pela gestão das contribuições que recebem"**, pontuou. Medeiros disse, ainda, que o Ministério do Trabalho é um aliado dos profissionais liberais. **"Estamos aqui para ouvir as propostas de vocês"**, reforçou. A fala do secretário foi levada ao pé da letra e o painel reservou espaço para que os participantes manifestassem críticas e sugestões. O resultado dos debates já foi encaminhado ao ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi, e serviu de subsídio para a produção de um Projeto de Lei sobre o tema.

RELATÓRIO DO PAINEL 2 "FINANCIAMENTO SINDICAL"

Relator: Edson Stéfani

Iniciado com a apresentação do tema pelo painelistas Wilson Wanderlei Vieira, em seguida foi passada a palavra ao Secretário de Relações de Trabalho, que fez uma apresentação sobre a condição dos sindicatos no Brasil e a disposição do Ministério do Trabalho em modificar essa realidade, dando a possibilidade a todas as entidades sindicais de enviarem sugestões e propostas que viabilizem o funcionamento e financiamento das suas estruturas.



Concedida a palavra aos participantes, pelo coordenador da mesa, vários dirigentes sindicais falaram, posicionando-se sobre as dificuldades nas suas bases regionais e também, em nível geral, das condições de relacionamento com os seus respectivos Conselhos de fiscalização profissional.

Foram destacadas, por consenso, propostas a serem incluídas no projeto de lei sugerido pela CNPL, que altera os artigos 580, 582, 585 e 599 da CLT, e que foi entregue a todos no início dos trabalhos, a saber:

1. Que o valor da contribuição sindical seja de até R\$153,00 e de no mínimo 50% deste valor, e que deverá ser aprovado em Assembléia Geral da categoria e valor será corrigido conforme consta do Projeto, podendo ser parcelado.

2. Estipular prazo para que o profissional viabilize a quitação da contribuição Sindical previsto no artigo 599, antes da aplicação da penalidade.

3. Incluir no projeto que a Contribuição sindical seja devida independentemente de cargos e função ocupados, desde que exigida pela empresa a formação profissional, o recolhimento deverá ser efetuado para o sindicato da sua respectiva categoria profissional.

4. Obrigatoriedade dos Conselhos Regionais de cada categoria, de manter informadas as entidades sindicais referente ao cadastro atualizado (nome, endereço, CPF, RG, nº do registro profissional, profissão, data de nascimento, e-mails eletrônicos, telefones) dos profissionais neles registrados, anualmente.

5. A obrigatoriedade do pagamento da Contribuição sindical dos servidores públicos, em todas as esferas, para o sindicato da categoria do profissional de profissões regulamentadas.

6. Sindicatos ou às Confederações das respectivas categorias regulamentadas. (alterar no artigo 599)

7. Inserir artigo que estabeleça a exigência do comprovante do pagamento da GRCSU, no ato da inscrição e da baixa nos respectivos conselhos.

8. Isenção da cobrança de juros e multas, dos últimos cinco anos da contribuição sindical, podendo ser parcelada de acordo com a Assembléia Geral convocada especificamente para este fim.

9. NOTA: Que na redação final do projeto tenha participação dos Conselhos e do MTE.

Foram feitas ainda várias propostas a serem implementadas pela Diretoria da CNPL:

1. Alteração da nota técnica referente ao desconto em folha e pagamento direto.
2. Que o Ministério do Trabalho interfira junto à CEF, sobre emissão da guia via site da caixa, que deixa em aberto para que os profissionais coloquem qualquer valor, que difere do estabelecido pelo sindicato.
3. Que a CEF deixe apenas no seu site a emissão de guias somente para pessoa jurídica, e retire definitivamente a emissão de pessoas físicas.
4. Que o Ministério do Trabalho fiscalize o pagamento da contribuição sindical dos profissionais.
5. Fiscalização do MTE nas atribuições dos Conselhos de fiscalização para não conflitar com as atribuições sindicais previstas na legislação trabalhista.
6. Que seja verificada pelo MTE a questão da RAIS (constar a profissão), quanto aos profissionais liberais com vínculo empregatício.

Foram anotados alguns destaques do pronunciamento do Secretário de Relações do Trabalho Luiz Antonio de Medeiros:

1. A importância da participação do sindicato em uma central sindical, que dá ao sindicato a possibilidade de participação efetiva nas questões nacionais.
2. Que o seu entendimento é de que se todos se beneficiam, todos devem contribuir.
3. Que o MTE está formulando um projeto sobre a Prática Anti-sindical, e que as propostas devem ser enviadas ao MTE, com urgência.
4. Destacou ainda que participou desse painel a pedido do Ministro Lupi no sentido de levar todas as informações dadas por ele, para tomada de posições, em virtude da importância do Ciclo de Debates.

6. O TERCEIRO PAINEL:

Estiveram presentes Secretário Nacional de Organização e Política Sindical da CUT - Central Única dos Trabalhadores, Jacy Afonso de Melo e o Secretário Nacional de Organização e Políticas Sindicais da UGT (União Geral dos Trabalhadores), Chiquinho Pereira, ambas filiadas à CSI, assim como à CNPL. Foram apresentadas diversas propostas de ações conjuntas entre a CNPL e as duas Centrais Sindicais presentes.

RELATÓRIO DO PAINEL 3: “A INSERÇÃO DAS CENTRAIS SINDICAIS NAS QUESTÕES DOS PROFISSIONAIS LIBERAIS”

Relator: Ramiro Lubian Carbalhal

Foram apresentas as seguintes propostas de ações conjuntas entre a CNPL e as duas Centrais Sindicais presentes, a CUT e a UGT:

1. Atualização dos temas nos demais debates a serem realizados pela CNPL (Rio Grande do Sul, Ceará, Pará, Brasília).
2. Participação das entidades representativas de Profissionais Liberais nos Congressos, Seminários, Ciclo de Palestras etc, a serem realizados pelas Centrais Sindicais.
3. Audiência com o Superintendente da Caixa Econômica, em Brasília/DF, conjuntamente com representante da CUT, para tratar de assuntos de interesses da CNPL.
4. Necessidade de melhor qualificar o conjunto dos trabalhadores para atender às exigências do mercado de trabalho.
5. Maior participação no parlamento e no governo executivo, defendendo os interesses da classe trabalhadora.
6. Promover a nível nacional um Congresso envolvendo a CNPL e todas as Centrais Sindicais para discutir questões de interesse da classe trabalhadora.
7. Defender a efetivação dos profissionais das mais diversas áreas, principalmente na área de saúde, quanto ao vínculo empregatício com o Estado, dando-lhe todas as garantias previstas nas legislações específicas.
8. Convidar as Centrais Sindicais filiadas à CSI para participar dos eventos promovidos pela CNPL.
9. Lutar pela realização da Reforma Tributária.
10. Apoiar e defender o Micro Empreendedor Individual - MEI.

7. A PLENÁRIA FINAL:

Sistematização do Relatório: Eduardo Bimbi

O primeiro Ciclo de Debates da Confederação Nacional das Profissões Liberais (CNPL) reforçou o papel estratégico das entidades filiadas. De olho no futuro, mais de 150 dirigentes de federações e sindicatos de todo o país discutiram temas como criação de um marco legal com regras claras para o financiamento sindical e a fixação de valores de anuidades dos conselhos de fiscalização do exercício profissional. A plenária final do evento mostrou que a construção coletiva é aposta certa para pavimentar um caminho de conquistas.

Na avaliação do presidente da CNPL, Francisco Antonio Feijó, esta foi uma das atividades mais produtivas na entidade. "A participação de vocês superou nossas

expectativas e isso mostra que os profissionais liberais estão organizados", ressaltou. Para o presidente, a riqueza do Ciclo de Debates esteve na diversidade do público. "Tivemos aqui membros de diferentes categorias, os presidentes da CUT (Central Única de Trabalhadores), da UGT (União Geral dos Trabalhadores) e do Conselhão (Fórum dos Conselhos Federais das Profissões Regulamentadas), além do deputado Eudes Xavier (SP/SP) e do secretário Luiz Antônio de Medeiros, que representou o ministro do Trabalho Carlos Lupi", elencou.

Para Feijó, esse ambiente plural demonstra o esforço político da CNPL na busca por aliados dos profissionais liberais. "Nós já caminhamos bastante no sentido de melhor relacionamento com o Executivo e o Legislativo. Mas temos que ir mais longe: precisamos de uma atuação conjunta da CNPL, dos conselhos, das centrais, dos ministérios e das nossas entidades internacionais (União Mundial das Profissões Liberais e Confederação Latino-Americana e do Caribe de Associações de Profissionais Universitários). Temos que unir essas forças e fazer um trabalho comum", defendeu.

Para Eduardo Fajardo Soares, que preside o Sindicato dos Arquitetos de Minas Gerais, o Ciclo de Debates comprova o valor da CNPL na busca por melhorias das condições de trabalho dos profissionais liberais. "A CNPL propicia um ambiente heterogêneo e saudável.

São muitas categorias envolvidas e todas têm interesses comuns", pontuou. O presidente do Sindicato dos Administradores de São Carlos (SP), Marcos Aguiar, concorda com Fajardo. "É importante que os profissionais liberais tenham um fórum permanente de debates. Muitas vezes, um simples palpite pode gerar uma grande uma idéia. Nós sempre temos o que aprender".

A presidente do Sindicato dos Médicos Veterinários do RS, Maria Angélica Zollim de Almeida, também destaca esta característica de intercâmbio de experiências possibilitadas pelo Ciclo de Debates. "Para mim este evento foi muito importante para esclarecer dúvidas e buscar soluções para os profissionais que represento. Ter contato com outros sindicatos é também uma forma de trocar experiências. Nós enfrentamos problemas muito parecidos e alguns colegas já têm uma luz para resolvê-los, e isso facilita o trabalho no dia-a-dia. Às vezes a gente se depara com uma situação difícil e fica um mês 'batendo cabeça' sozinho. No entanto, é possível encurtar essa jornada em apenas dois dias de atividades como essa", enfatizou.